

O PROBLEMA DA MÃO DE OBRA
NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA: UMA REFLEXÃO DE
A "TRANSUMÂNCIA AMAZÔNICA"

Maria José Elias (*)

ABSTRACT

Starting with "Transumância Amazônica", chapter XXIII of Celso Furtado's book *Formação Econômica do Brasil*, the present article makes some considerations on that author's position on problems concerning immigration and labour.

With the 1877-1880 draught an enormous number of Northeastern labourers moved into Amazônia. On the other hand, the Southern coffee farmers were needing more labour for their plantations and ended by agreeing on the immigration of European colonists. Historically there was nothing to hinder Northeastern labour of being directed to the coffee plantations, but political and social interests only allowed the exit of this labour when the structure of subsistence economy collapsed (due to the draught) and when the European immigrant was already firmly established in the Middle South.

A análise da obra de Celso Furtado — *Formação Econômica do Brasil* — no que se refere ao problema da transição para o trabalho assalariado e, mais especificamente, ao problema da migração de nordestinos para a Amazônia na fase de expansão econômica da região ⁽¹⁾, em virtude do aumento da procura da borracha no mercado internacional, levou-nos a repensar os problemas relacionados com imigração e mão-de-obra. Discutindo as posições assumidas pelo autor frente a esses problemas, o fundamental está em entender a ocorrência desta transferência de trabalhadores durante uma fase da economia brasileira caracterizada pela carência de mão-de-obra.

Como o próprio autor afirma na introdução de seu livro, sua análise do processo histórico da formação econômica brasileira caracteriza-se por

(*) Do Setor de História do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

(1) Furtado, Celso — Transumância Amazônica, in *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959, pp. 155-161.

uma abordagem especificamente econômica ⁽²⁾ e, mais do que isso, deu a ela um tratamento essencialmente técnico ⁽³⁾. Entretanto, isto não impediu que tal estudo fosse rico em “aberturas”; apenas o tratamento dado aos eventos históricos, tais como aqueles relacionados com problemas de imigração e mão-de-obra durante as fases de prosperidade econômica (do café no centro-sul e da borracha na Amazônia), fez com que eles muitas vezes pareçam mais simples do que são em realidade ⁽⁴⁾.

Dis ele que, à semelhança do açúcar, do ouro, do fumo e do café, os produtos raros retirados da floresta amazônica por mão-de-obra indígena — portanto em condições muito especiais de exploração ⁽⁵⁾ — estavam também integrados numa economia de exportação. Uma vez desorganizado o sistema de exploração dessa mão-de-obra, a obtenção desses produtos extrativos entra em crise. O autor é bem claro nesse capítulo quando escreve: “Desorganizado o engenhoso sistema de exploração da mão-de-obra indígena, estruturado pelos jesuítas, a imensa região reverteu a um estado de letargia econômica” ⁽⁶⁾. Portanto, a crise foi provocada pela desorganização dessa mão-de-obra, e não porque os produtos da floresta tivessem se esgotado ou porque o mercado interessado nesses produtos tivesse desaparecido; aconteceu que com essa desorganização não mais havia como obtê-los naquelas condições.

Em se tratando da economia da borracha, o mesmo raciocínio pode voltar a ser feito. Nesse caso, a área pôde ter uma recuperação econômica em virtude de ser a borracha um produto extrativo de grande procura no mercado internacional. Portanto, sua obtenção pôde revitalizar a economia da região e, em linhas gerais, sua exploração pode ser entendida conforme o raciocínio anterior: tratava-se apenas de encontrar um esquema de utilização de uma mão-de-obra, qualquer que ela fosse, para a extração desse produto. Ficamos então com a impressão de que, uma vez reorganizado o sistema de funcionamento dessa mão-de-obra, a extração seguiria seu curso normal. Mas, por que a borracha e não qualquer outro produto? Porque o grande consumo da borracha está ligado à Revolução

(2) “Omite-se quase totalmente a bibliografia histórica brasileira, pois escapa ao campo específico do presente estudo que é simplesmente a análise dos processos econômicos e não reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos” (Furtado, Celso — op. cit., p. 9).

(3) Penso aqui, ao falar em tratamento essencialmente técnico, na abordagem do autor, dentro da qual lhe é possível considerar o problema da mão-de-obra em si, e esta enquanto apenas um dos fatores da produção.

(4) Aqui se coloca a questão de um critério para “repensar os problemas relacionados com a imigração e a mão-de-obra”, considerando a contribuição de Furtado; creio que este deve sair da análise que o autor deixa implícita — avançar na perspectiva histórica supõe considerar exatamente o significado dos fatores ou determinações necessárias para o entendimento dos eventos históricos.

(5) “Se de início os inácianos atuaram em defesa do indígena, buscaram depois formas adequadas de convivência (obtinham a mão-de-obra dessa gente mediante doação de quinquilharias) e acabaram na exploração servil dessa mão-de-obra” (Cardoso, Fernando Henrique & Muller, Geraldo — *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1977, pp. 21-22).

(6) Furtado, Celso — op. cit., p. 155.

Industrial, particularmente à fase da indústria automobilística, correspondente aos dez últimos anos do século XIX e aos trinta primeiros do século XX, enquanto que, antes disso, era apenas mais um dos produtos da floresta. A borracha passa a ter um significado muito grande nas condições de procura da Revolução Industrial, mas as condições de existência e sua obtenção não são tecnicamente adequadas, em termos de atender à procura exigida e, nesse caso, a potencialidade não é suficiente a longo prazo.

Mesmo que fosse solucionado o problema da mão-de-obra e da extração da borracha na Amazônia, para uma economia de exportação, isso não seria suficiente se considerado o problema da procura a longo prazo. Entretanto, nas condições de extração da Amazônia, essa “droga do sertão” pôde tornar-se o principal produto da região e um fator de desenvolvimento dos mais importantes. A questão que se coloca para a Amazônia, na perspectiva da região, é, em primeiro lugar, conseguir um número suficiente de trabalhadores para explorar ao máximo suas riquezas e, em segundo lugar, organizar essa mão-de-obra nas condições de uma economia de exportação: mão-de-obra compulsória ou tendendo para ela. De posse dessas condições de produção pode-se explorar o estoque máximo de árvores e, portanto, chegar ao potencial máximo desse mesmo estoque.

Porém, na perspectiva de quem está envolvido com a Revolução Industrial e com o contínuo crescimento da indústria automobilística, isso não é o suficiente a longo prazo. Sendo a borracha uma matéria-prima de uso contínuo e com necessidade crescente, pode e deve chegar a um consumo que superará largamente as potencialidades da região, naquelas condições de produção (economia de exportação ligada à indústria extrativa, com mão-de-obra disfarçadamente compulsória). Portanto, fica claro que, a médio e a longo prazo, a região não pode atender à procura do mercado mundial, mesmo explorando todo o seu potencial, respeitando essas condições.

A longo prazo, do ponto de vista da indústria, o problema deslocava-se para a produção da borracha, em condições adequadas, desde clima e financiamentos até quantidade suficiente de mão-de-obra. A curto prazo, a solução para o rápido crescimento da demanda, seria explorar o máximo possível do potencial da Amazônia; mas, a partir daí já se exigia a organização de grandes plantações que atendessem à procura crescente do produto, isto é, “a organização racional da produção em larga escala”. Entretanto, à medida que a procura cresceu, a solução não foi mais o aumento contínuo da produção vegetal, nem mesmo a alteração nos métodos de produção, mas o desenvolvimento de um similar sintético ⁽⁷⁾.

Responsabilizando mais uma vez a ausência de mão-de-obra pelo fracasso da exploração econômica na Amazônia, o autor afirma que “ainda

(7) “Nos anos quarenta do século atual teria início a terceira etapa da economia da borracha com a substituição progressiva do produto natural pelo sintético.” (Furtado, Celso — op. cit., p. 157, nota 119).

mais do que no caso do café, a expansão da produção de borracha na Amazônia era uma questão de suprimento de mão-de-obra" (8). Retomando o que foi dito no início do artigo quanto à necessidade de se ampliar o exame da questão (de um ponto de vista social e político), vimos que o autor, ao cuidar da questão da mão-de-obra considerou apenas o ponto de vista técnico — simples transferência — esquecendo-se do lado político da questão e deixou de examinar as condições que impediram a Amazônia de se tornar a grande produtora da borracha (9). Entretanto, num estudo comparativo, o autor afirma que: "Essa enorme transumância indica claramente que a fins do século passado já existia no Brasil um reservatório substancial de mão-de-obra, e leva a crer que, se não tivesse sido possível solucionar o problema da lavoura cafeeira com imigrantes europeus, uma solução alternativa teria surgido dentro do próprio país" (10).

O autor nos coloca diante de uma situação que nos permite observar que:

I — em fins do século XIX havia no Brasil um estoque disponível de mão-de-obra, o que se vê pela migração nordestina para a Amazônia;

II — em determinadas áreas em expansão econômica houve preferência pelo imigrante europeu e qualquer outra solução seria alternativa;

III — no entanto, seria possível essa solução alternativa — uso do estoque de mão-de-obra local — considerando-se que historicamente a questão passa pelo crivo do *político* e do *social*?

A saída da população do Nordeste não coincide com a entrada dos imigrantes europeus na região centro-sul. As primeiras experiências com mão-de-obra estrangeira para a lavoura de café em São Paulo datam de 1840, com trabalhadores portugueses contratados pelo Senador Vergueiro. A partir de 1846 esse tipo de iniciativa conta com o beneplácito do governo imperial, quando Vergueiro alcançou subvenção deste para im-

(8) Furtado, Celso — op. cit., p. 157.

(9) Esse aumento da produção deveu-se exclusivamente ao influxo de mão-de-obra, pois os métodos de produção em nada se modificaram. Os dados disponíveis com respeito ao fluxo migratório para a região amazônica, durante essa etapa, são precários e se referem quase exclusivamente aos embarques em alguns portos nordestinos. Sem embargo, se se compara a população nos Estados do Pará e Amazonas, segundo os censos de 1872 e 1900, observa-se que a mesma cresce de 329.000 para 695.000 habitantes. Admitindo-se um crescimento anual vegetativo de 1 por cento — as condições de salubridade são reconhecidamente precárias na região —, depreende-se que o influxo externo teria sido da ordem de 260.000 pessoas, não contados aqueles que já haviam penetrado na região que viria a ser depois o Território do Acre. Desse total de imigrantes, cerca de 200.000 correspondem ao último decênio do século, conforme se deduz da comparação dos censos de 1890 e 1900 (Furtado, Celso — op. cit., pp. 157-158).

(10) Furtado, Celso — op. cit., p. 158.

portar trabalhadores europeus para as primeiras experiências nas chamadas colônias de parceria.

Entretanto, a migração de mão-de-obra do Nordeste para a Amazônia só foi possível depois do desequilíbrio estrutural na economia de subsistência, por ocasião da prolongada seca de 1877/80. As condições da seca não permitiram a permanência da população nem a continuidade da produção, e os setores dominantes locais não mais puderam garantir condições de manutenção dessa população.

Em relação ao imigrante europeu, o autor assume uma posição, à primeira vista, apenas nacionalista, pois afirma que este excedente de mão-de-obra do Nordeste poderia ter sido canalizado para São Paulo e aproveitado na lavoura do café. Entretanto, preferiu-se o imigrante europeu ao trabalhador do Nordeste.

Diante do quadro apresentado, algumas questões merecem reflexão:

a) Seria possível usar essa mão-de-obra disponível e haveria condições políticas que permitissem essa transferência?

b) Haveria interesse nessa transferência? Que tipo de relação iria se estabelecer com essa mão-de-obra? Seria ela etetivamente compulsória ou mais ou menos compulsória, bem paga ou mal paga? Aos trabalhadores haveria a possibilidade de tornarem-se proprietários? Como seriam colocados os trabalhadores nesse debate? ⁽¹¹⁾

c) Seria conveniente que essa mão-de-obra escapasse para o sul? Ou seria ela o tipo ideal para a Amazônia, pois nada impedia que fosse dirigida para São Paulo, quando o foi para a Amazônia?

É pouco provável que os plantadores de café tivessem rejeitado o braço do trabalhador nordestino quando os escravos já alcançavam altos preços e não podiam contar com parte da população nacional, localizada em torno de São Paulo, e que não tinha interesse em trabalhar como assalariado, pois estava sempre formada por indivíduos de iniciativa e com algum capital, que logo se apropriavam de grandes extensões de terra,

(11) "... o cearense, o paraibano, o habitante do Rio Grande do Norte, que se encontram nesta capital, são quase todos sertanejos, quero dizer, pastores, poucos lavradores, uns e outros *pequenos proprietários*. Dificilmente se hão de resignar ao serviço da criação, aos trabalhos de uma casa. Não poderão tomar parte imediata, ou desde logo, na agricultura da província do Rio de Janeiro. ... incapazes de qualquer trabalho, ocorre que não têm experiência necessária e os meios para lavrar a terra como se faz no Rio de Janeiro. ... a verdade é esta, não se espere no entanto que a maioria dos cearenses emigrados preste à lavoura grandes serviços. Os que não eram pastores, eram lavradores, porém *livres ou proprietários*..." (Discurso apresentado na Sessão de 14/13/1879 do Senado. *Anais do Senado*, 1879, pp. 537 e 538).

cujo usufruto, entretanto, era compartilhado por muitos outros em um sistema de economia de subsistência ⁽¹²⁾.

Por outro lado, também havia entre os nacionais aqueles que tinham interesse em tornarem-se proprietários, ainda que posseiros, em condições de economia de subsistência ⁽¹³⁾. Além do mais, não teria sentido interromper um processo já iniciado para começar outro: quando foi possível a saída de nordestinos, a imigração já era uma realidade no centro-sul.

Analisando o problema baseando-se, em primeiro lugar, na necessidade de mão-de-obra e no aproveitamento do trabalhador nacional como solução, o autor perdeu de vista outro aspecto importante que apareceria numa análise histórico-social: toda a luta do imigrante pela conquista de condições ideais de trabalho frente às condições de exploração do nordestino na Amazônia.

A imigração de nordestinos para a Amazônia só aconteceu em circunstâncias especiais. A seca que assolara todo o Nordeste durante o período de 1877 a 1880 havia obrigado toda a população do sertão, particularmente do Ceará, a se deslocar para o litoral, provocando o aparecimento de problemas sociais de toda ordem, desde a falta de habitação, doenças, desemprego, até a fome, resultando daí assaltos freqüentes, durante os quais praticava-se toda espécie de crimes.

Com as subvenções (Socorros Públicos) recebidas do Governo Imperial, a administração provincial tentou frear a saída desses "retirantes", usando para isso recursos artificiais como empregá-los na construção de obras públicas (estradas de ferro, escolas e igrejas) ⁽¹⁴⁾.

Por outro lado, o governo provincial da Amazônia havia lançado um projeto oficial de colonização (1876-1886) com a implantação de núcleos

(12) Furtado, Celso — op. cit., p. 159.

(13) De acordo com Pierre Monbeig, a colonização do Vale do Paranapanema iniciou-se com migrantes mineiros que localizaram-se em "terras virgens ... em condições de economia de subsistência e posse da terra, tanto no Vale do Paranapanema quanto no sertão de Bauru" (Monbeig, Pierre — *Pionniers et Planteurs de São Paulo*. Paris, Armand Colin, 1952, pp. 116-120; Abreu, Diores Santos — *Formação Histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente, Canton, 1972, pp. 15-27; Lima, João Francisco Tidei — *A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru* (dissertação de Mestrado, mimeografado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1978).

(14) Na sessão de 27 de junho de 1877, o senador Figueira de Mello leu uma carta que lhe foi enviada do Ceará pelo deputado provincial José Maximiano Barroso, dizendo o seguinte: "Estamos ameaçados, não digo bem, estamos com uma seca a braços, não é mesmo possível termos inverno, a estação chuvosa está acabada e o povo já principia a desesperar e emigrar do sertão para o litoral, onde pouco ou nenhum recurso acha, de sorte que é tempo do governo acudir aos cearenses. Acho que se houver boa fé, desejo de beneficiar os desvalidos, pode o governo salvar a população e fazer ao mesmo tempo muitos melhoramentos materiais na província. Era ocasião de levar a estrada de ferro, já não digo ao Baturité, mas ao Icó, e em pouco tempo, dependendo muito pouco dinheiro, pois hoje temos aqui um trabalhador por 500 réis diários, e os teremos por menos, à proporção que a seca se adianta." (*Anais do Senado*, 15.^a Sessão, 27/06/1877, p. 242).

coloniais, com incentivos à imigração ⁽¹⁵⁾. O objetivo deste era a fixação do homem à terra, pelo desenvolvimento da cultura extrativista, que pelos altos lucros alcançados desestimulava o plantio de gêneros de subsistência e ainda havia criado um tipo de população semi-nômade. Mas, mesmo antes que se preparasse uma infra-estrutura para esse projeto, começou a receber migrantes nordestinos. Estes, pressionados pela seca a deixar seus locais de origem e atraídos pela esperança de enriquecimento rápido através da atividade extrativa, seduzidos pelas facilidades das “passagens pagas”, deslocaram-se para a Amazônia que, nesse momento, não estava em condições de absorver uma população tão numerosa.

É evidente que um jogo de interesses estabeleceu-se entre as províncias de Ceará, Pará e Amazonas. Enquanto que a migração dos “retirantes” era vista como a única solução para o Ceará, tudo indica que as autoridades do Pará empenharam-se na tarefa de facilitar a entrada dessa mão-de-obra na Amazônia. A iniciativa particular também se fez representar nesse jogo de interesses através dos seringalistas e aliciadores de mão-de-obra. Na realidade, foram eles os únicos beneficiados, pois no momento em que a política de colonização e de povoamento não vingou eles foram abastecidos por essa mão-de-obra disponível ⁽¹⁶⁾.

A semelhança do nordestino, que “seguiu para a Amazônia seduzido pela propaganda fantasista dos agentes pagos pelos interesses da borracha” ⁽¹⁷⁾, o imigrante europeu também vinha para o Brasil seduzido pela propaganda de agentes, na Europa, a serviço de instituições agenciadoras, como a Casa Delrue e Cia., Casa Vergueiro e Cia., Theodor Ville e Cia., que mantinham contratos para fornecimento de braços para as fazendas de café.

A política do governo imperial, no sentido de incentivar o povoamento do país através da migração dirigida, não era vista com simpatia pelos proprietários de terras. O próprio Senador Vergueiro, que mais tarde será citado como um dos pioneiros da imigração, ao ser consultado pelo Ministério do Império em 1827 sobre o envio de alguns colonos alemães para São Paulo, foi contrário a este projeto pela incompatibilidade de interesses entre colonos e proprietários de terras. “Nenhum lugar poderia ser melhor escolhido que o Juquiá se se tratasse de povoar um ponto interessante da província. Mas convém ao colono? Digo não: embora sejam eles corajosos para trabalhos a que estão habituados, são fraquís-

(15) Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas, 1876-1878.

(16) Dos 12.563 emigrantes que oficialmente entraram na província no período que vai do final de 1877 aos meados de 1879, apenas um número bastante reduzido se dedicou à agricultura de subsistência, apesar de ser este o objetivo da iniciativa oficial (Silva, Moacir F. Ferreira da — *Emigração Nordestina para a Amazônia em 1877: uma tentativa de colonização pela Administração Provincial*. Rio Branco, 1977, p. 24). ... Os demais se dirigiram basicamente para as atividades extrativas, principalmente para a extração da borracha, de boa aceitação no mercado externo e consequentemente oferecendo lucro mais imediato (Silva, Moacir F. Ferreira da — op. cit., p. 25).

(17) Furtado, Celso — op. cit., p. 161.

simos e inábeis para arrostar as asperezas e provações que têm a superar no rompimento de um sertão. Pela mesma razão não lhes pôde convir o Quilombo ainda quando as terras fossem boas, nem outro lugar do sertão onde unicamente há terras despovoadas e sem dono: convém sim as terras de Itapeperica ou outras que igualmente estejam desbravadas, mas isto não nos convém a nós, nem a promessa de terras (se alguma lhes foi feita) poderá entender-se destas, mas das que estão ainda por ocupar" (18). Certamente, esta situação não oferecia condições para a sobrevivência do colono.

Quanto às terras melhor localizadas, já se encontravam ocupadas por sesmeiros ou posseiros e ao governo não convinha onerar-se ficando obrigado a assisti-los até que pudessem produzir o suficiente para prover-se. No mesmo parecer, Vergueiro dizia: "Não estamos em estado de tomar tanto peso sem utilidade correspondente"... "chamar colonos para fazê-los proprietários à custa de grandes despesas é uma prodigalidade ostentosa que não se compadece com o apuro de nossas finanças" (19). Aos fazendeiros não interessava conceder terras de exploração possível, próximas a centros consumidores, mas sim, terras de sertão, longe de estradas, sem condições de sobrevivência.

A partir de 1840, a ameaça que pairava sobre o tráfico já era quase uma realidade. Reativa-se então a política de povoamento e, ao lado da distribuição de pequenos lotes de terras aos imigrantes, organiza-se um novo tipo de colonização. Os imigrantes são enviados diretamente às fazendas de café onde devem trabalhar em regime de parceria. Este regime de trabalho foi inaugurado pelo Senador Vergueiro em sua fazenda Ibicaba, em Limeira (1846). Não foram poucas as contratações dentro do sistema adotado e, à medida que a carência de mão-de-obra aumentava, o sistema evoluía. Verdadeiras empresas foram montadas com a finalidade de recrutar, na Europa, braços para a lavoura de café no Brasil. A Casa Vergueiro e Cia. foi uma dessas empresas que também passaram a receber subsídios do governo para esse recrutamento de colono.

Tecendo críticas a esse sistema, o Presidente da Província de São Paulo mostra que o mesmo em nada favorece a imigração, mas, pelo contrário, os favorecidos são os agenciadores. Muito embora tenha renovado o contrato com a Casa Vergueiro e Cia. para importar mil colonos e não apenas quinhentos, como no contrato anterior, justificava sua atitude dizendo: "Não pareça que, apressando-me a fazer esses contratos estivesse convencido de que havia muito em benefício da colonização" (20). Pois tem a certeza de que a referida companhia não poderia aceitar a obriga-

(18) Senador Vergueiro — *La traite, l'immigration et le colonization au Brésil*. Apud Costa, Emília Viotti da — *Colônias de parceria na lavoura do café: primeiras experiências*. In: *Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História*, Curitiba, 1962, p. 277.

(19) *Idem*, pp. 277-278.

(20) *Anais da Assembléia Provincial de São Paulo, 1854-1855*, p. 361.

ção de importar mil colonos anualmente se não contasse com certas vantagens como: o desenvolvimento de suas relações comerciais, o adiantamento de muitas passagens pelas municipalidades suíças e a comissão que recebe por colono cuja venda patrocina.

Os colonos eram contratados na Europa e encaminhados para as fazendas de café com as passagens de viagem pagas. As despesas de viagem e o necessário para sua manutenção eram computados como adiantamento recebido. Para cada família era atribuído um certo número de pés de café para cuidar. Somente depois de vendido o café, estava o fazendeiro obrigado ao acerto de contas com o colono e a entregar a este a metade do lucro líquido, depois de deduzidas todas as despesas de beneficiamento, transporte, comissão de vendas, impostos, etc. É necessário lembrar que para todas essas transações o colono contava apenas com a cobertura de um voto de confiança do fazendeiro. Ainda sobre os adiantamentos feitos aos colonos cobravam-se os juros de 6%, taxa esta que não era observada por todos. Houve alguns que chegavam a cobrar 12%.

Certas regras de disciplina eram impostas aos colonos. Não podiam abandonar a fazenda sem saldar os seus compromissos. Deviam abastecer-se nos armazéns da própria fazenda e reclamavam os altos preços cobrados pelos gêneros. Não podiam ausentar-se da fazenda sem uma autorização prévia, mesmo em dias de folga e tinham sua correspondência censurada. Havia ainda senhores que dispensavam aos colonos um tratamento muito próximo àquele dado aos escravos, como Elias Pacheco Jordão, proprietário de duas colônias de Biri e Batinga⁽²¹⁾.

Uma vez posto em prática o sistema de parceria, este não agradou nem aos imigrantes nem aos fazendeiros e não foram poucas as tensões vividas. Mesmo antes da "revolta" de Ibicaba já teria ocorrido outras, das quais muito pouco se tem conhecimento, como a da colônia de São Lourenço na fazenda de Luís Antonio de Souza Barros, em 1853. O proprietário, entrando em entendimentos com o diretor da colônia, determinou a adoção de medidas de repressão. A esse respeito, o Presidente da Província de São Paulo comentou ingenuamente: "... este procedimento foi mal interpretado pelos colonos, obstinando-se em não observá-las"⁽²²⁾. Esses desentendimentos alastraram-se gerando uma séria

(21) O proprietário chegou a agredir um colono alemão. "Ele se achava na terra de um pequeno proprietário que a vendeu ao Sr. Elias. Este colono se recusava a assinar o contrato que o fazia mudar de proprietário; então, para obrigá-lo a isso, o Dr. Elias usou das vias de fato. Pergunta-se que diferença há em tal caso, entre um colono e um escravo negro, que passa com a terra das mãos de um senhor às de um outro? Os colonos suíços afirmam que as crianças do doutor Elias lhe declararam abertamente que eles eram seus escravos brancos e chegaram até a cuspir no rosto de um deles (um ancião respeitável). (Relatório do Sr. Dr. Heusser à direção de Polícia do Cantão de Zurich — Arquivo do Itamarati — Rio de Janeiro).

(22) Anais da Assembléia Provincial de São Paulo — 1854-1855, p. 282. Ainda sobre essas "revoltas", ver Lenharo, Alcir & Vesentini, Carlos Alberto — *O compasso da espera: o problema da mão-de-obra em São Paulo através dos relatórios de Presidentes da Província, 1847-1875* (datilografado).

revolta contra o diretor da colônia e o proprietário da fazenda. Ainda foi necessária a intervenção da "autoridade pública" que, no caso, deve ter sido a autoridade policial, para que crimes não ocorressem e os colonos se acalmassem e permanecessem temerosos de uma nova tentativa de revolta.

Em Ubatuba, na Colônia de Nova Olinda, ocorreram incidentes da mesma natureza tendo o governo imperial intervido transferindo colonos para a Colônia de Santa Leopoldina no Espírito Santo ⁽²³⁾.

De todos esses movimentos o mais conhecido é o da "revolta" de Ibicaba, que provocou uma série de inquéritos por parte dos governos Imperial, Provincial e da Confederação Helvética que mandou um emissário para averiguar a situação. Mesmo assim, os contratos de parceria continuaram até 1877, quando foram quase extintos, passando a vigorar o regime de assalariado.

A economia cafeeira coloca-se como uma economia agro-exportadora — produção em larga escala — portanto, obedece a uma racionalidade diferente da amazônica, onde nem o fator terra, nem o fator capital são fundamentais; apenas a falta de mão-de-obra constituiu um problema maior para o funcionamento dessa economia. As intenções foram as mesmas, tanto do fazendeiro de café quanto do seringalista. Como garantia da permanência dessa mão-de-obra por certo tempo tinham o indigumentamento do trabalhador. Levados pelos mesmos interesses ainda tinham como preocupação primeira comprimir o custo da produção, tanto em São Paulo a produção do café, como na Amazônia, a da borracha.

Ficou bem claro, da leitura de "Transumância Amazônica", que mão-de-obra é um receptáculo que existe e pode ser utilizado, desde que um certo esforço seja feito nesse sentido; entretanto, a análise nos mostrou que o problema não pode ser considerado dessa forma. As condições de trabalho e as relações estabelecidas com a massa de mão-de-obra mostram-se decisivas. Tanto a utilização quanto as relações a serem estabelecidas passam pela política e por considerações sociais gerais. A própria luta do imigrante e o resultado desta mostrou que houve algo mais em jogo do que apenas observar a possibilidade de "utilização" de mão-de-obra genericamente existente.

(23) Tschudi, J. J. von — *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. trad. de Eduardo de Lima Castro, São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953, p. 141.